

OFI.NII.102018.4346

Nº IBAMA: 02001.001577/2016-20 (CIF)

Nº IBAMA: 02001.004151/2016-28 (CT-IPCT)

Belo Horizonte, 28 de novembro de 2018.

AO

COMITÊ INTERFEDERATIVO ("CIF")

A/C: ILMA. SRA. SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO

PRESIDENTE DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

SCEN Trecho 2 – Ed. Sede – Caixa Postal nº 09566

Brasília/DF – CEP: 70818-900

com cópia para:

**CÂMARA TÉCNICA DE POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
("CTIPCT")**

A/C.: SRA. CAROLINE BUOSI MOLINA

COORDENADORA DA CTIPCT

Palácio do Planalto – anexo II, sala 105 Ala A Térreo

Praça dos Três Poderes CEP 70150-900 – Brasília – DF

REF.: Deliberação CIF 201/2018 - Entrega de água mineral para aldeias indígenas em Aracruz – ES

Prezados,

A Fundação Renova ("FUNDACÃO"), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.135.507/0001-83, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 671, 4º andar, no Município de Belo Horizonte/MG, CEP 30.112-021, vem, respeitosamente, em atenção à Deliberação em epígrafe, expor o quanto segue.

1. CONTEXTO

Em 18.02.2016, foi assinado entre indígenas da Terra Indígena de Comboios, em Aracruz-ES, e a Samarco Mineração S.A. acordo para atendimento emergencial devido aos impactos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015.

Esse acordo previa a realização de *"monitoramento da qualidade da água dos Rios Comboios, Rio Piraqueçu e do Canal Caboclo Bernardo e dos Poços existentes nas Comunidades, além da realização de estudos de impacto ambiental, econômico e social na área das comunidades indígenas Tupiniquim Guarani"*.

Posteriormente, em 06.06.2016, a Comunidade Indígena Tupiniquim-Guarani das Terras Indígenas Tupiniquim e Caieiras Velhas II, e a Samarco Mineração S.A. também celebraram acordo para atendimento emergencial, que igualmente continha exigências para análise dos potenciais impactos resultantes do rompimento e das atividades de compensação associadas. Neste termo de compromisso, as cláusulas 2.2 e 2.4 exigiram da Samarco:

- Realizar o monitoramento da qualidade da água dos rios Piraquê-açu, Guaxindiba e Sahy, a fim de prover segurança hídrica à comunidade indígena Tupiniquim-Guarani, no estado do Espírito Santo (Cláusula 2.2);
- Manter o monitoramento pelo tempo necessário para conclusão das análises e diligências cabíveis, ou até que o nível de turbidez desses rios retorne aos patamares históricos da região (Cláusula 2.4).

A motivação para estas ações resultou da suspeita de impacto no sistema hídrico superficial da região costeira, incluindo a praia do Comboios e a foz dos rios Piraquê-Açu, Guaxindiba e Sahy, a partir do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, afetando as Terras Indígenas de Aracruz-ES.

As Terras Indígenas Tupiniquim e Caieiras Velhas II são drenadas por várias pequenas bacias, com rios curtos, de baixa ordem e com caimento geral para sudeste. As

principais bacias são dos rios Guaxindiba e Sahy. O principal rio da região, conhecido por Piraquê-Açu faz divisa com a TI Tupiniquim, já próximo de sua foz.

Os estudos realizados na ocasião do rompimento da barragem de Fundão mostraram que as condições dos rios Piraquê-açu, Guaxindiba, Sahy e praia do Comboios somente poderiam ter sido afetadas indiretamente, ou seja: através do fluxo do material nos cursos d'água a jusante da barragem, pelo Rio Doce, até o deságue do Rio Doce na sua foz; pelo movimento da pluma de rejeitos e sedimentos atingindo a zona costeira na sua região ao sul da foz do Rio Doce; e, finalmente, através de potencial fluxo em direção ao continente, por meio de efeitos de maré pela foz dos três rios em questão. A Figura 1 ilustra o contexto de impacto potencial através da dispersão da pluma para a região costeira sul.

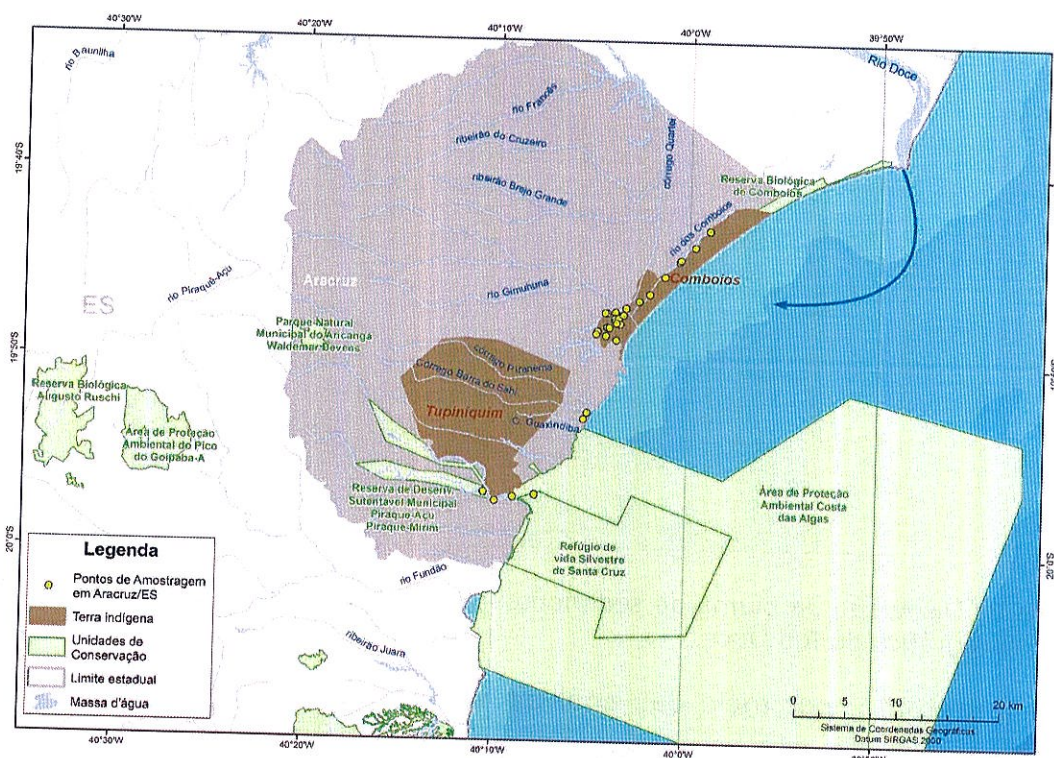


Figura 1: Representação da dispersão da pluma e o potencial de impacto nos rios Piraquê-açu, Guaxindiba, Sahy e praia de Comboios.

A pluma de sedimentos atingiu a zona costeira em novembro de 2015, pela foz do Rio Doce (CPRM, 2016) e dispersou-se na área litorânea do Espírito Santo. A Figura 2 apresenta a situação da dispersão da pluma de rejeitos, medida em março de 2016, no final do período chuvoso, a partir da foz do rio Doce. As medições mostraram que parte

dos rejeitos carregados pelo rio Doce foram depositados na região próxima à foz do rio, porém não tão ao sul quanto as áreas das fozes dos rios Piraquê-açu e mirim, Guaxindiba e Sahy.

Embora as análises visuais (com base no monitoramento por sobrevoo e imagens de satélite) indicassem que a porção mais diluída da pluma de rejeitos pudesse ter atingido a APA Costa das Algas, os dados das medições realizadas em caráter emergencial na zona costeira indicaram que o rompimento da barragem não provocou alterações significativas na qualidade da água e do sedimento na APA Costa das Algas.

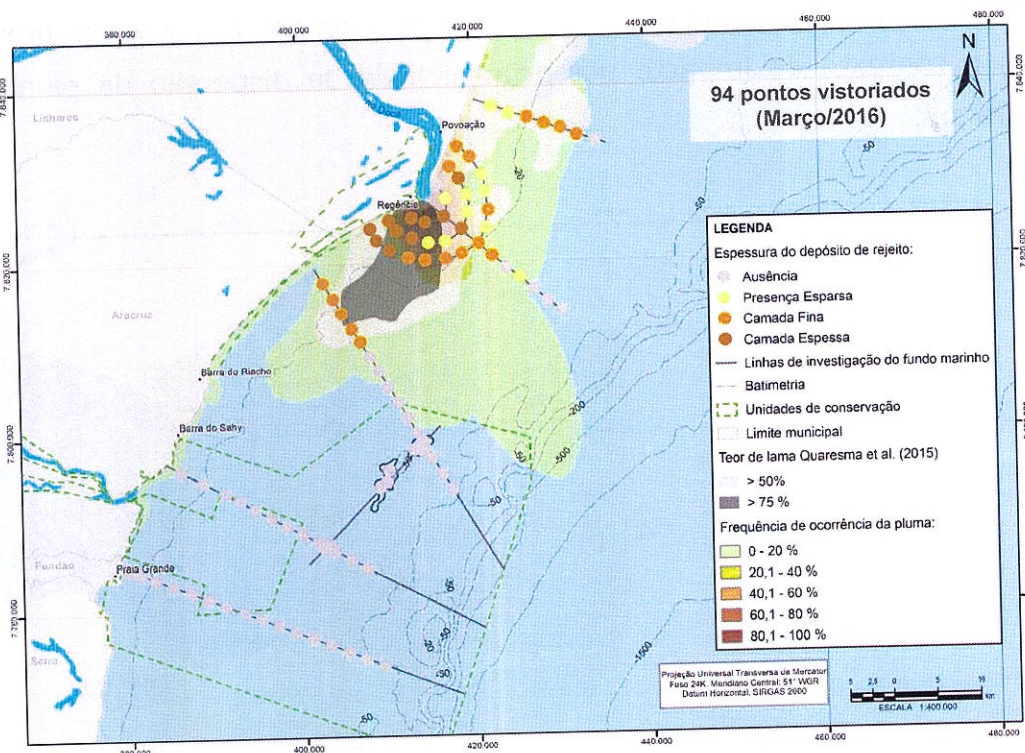


Figura 2: Dispersão da pluma de sedimentos em março de 2016, no final do período chuvoso na bacia hidrográfica do Rio Doce.

Entretanto, por meio das análises visuais de imagens de satélite disponibilizados pelo IBAMA (zona costeira da foz do rio Doce em datas de dezembro/2015, janeiro e fevereiro/2016), constatou-se que a fração diluída da pluma de sedimentos dispersou-se por regiões costeiras ao sul da foz do rio Doce, incluindo a praia do Comboios e a foz do rio Riacho, na TI Comboios, bem como a foz do rio Piraquê-Açu que margeia as TIs Caieiras Velhas II e Tupiniquim.

Esta dispersão de sedimentos em menores concentrações, denominada de zona de mistura, gerou a percepção de impacto nos corpos hídricos superficiais por parte da população local. Esta percepção é relatada no Parecer Pericial n. 115/2016 6ª CCR/MPF, elaborado para a PGR/MPF para esclarecer sobre possíveis impactos nas populações indígenas citadas. Neste documento, entrevistas com membros das comunidades são reportadas, nas quais destaca-se: *"...a população Tupiniquim e Guarani de Aracruz mostra-se muito receosa dos danos à saúde que a água e os animais 'contaminados' possam causar à saúde humana. Com efeito, desde que a pluma de rejeitos atingiu a praia, que os Tupiniquim da Terra Indígena Comboios pararam de pescar no mar e, mais recentemente, no Rio Riacho e no Comboios, que consideram terem sido 'contaminados' pelos rejeitos minerários"* (pg15). *"...segundo os Guarani, depois que uma espuma amarelada apareceu no estuário do rio Piraquê-Açu, não viram mais esta espécie (camarão) na água"* (pág 17).

Outro relato no mesmo documento cita *"...ex-cacique da Aldeia Caieiras Velhas e atual presidente da Associação de Pescadores Indígenas, relatou que em meados do mês de dezembro houve a entrada de espuma espessa no Rio Piraquê-Açu. Entretanto, segundo ele, a Prefeitura Municipal de Aracruz informou que essa espuma não tinha relação com a lama de rejeitos minerários do desastre ambiental de Mariana..."*.

Importante notar que a percepção de degradação ambiental dos rios da região é uma antiga constatação por parte das mesmas comunidades indígenas, como reportada em estudo denominado "Estudo do Componente Indígena – ECI para a Terra Indígena Comboios e Terra Indígena Tupiniquim e Guarani (ES) ", realizado por ocasião do processo de licenciamento ambiental corretivo da Estrada de Ferro Vitória a Minas no ano de 2012.

No estudo de 2012, ou seja, três anos anteriores ao evento do rompimento da barragem de Fundão, as entrevistas com as comunidades mostram que as percepções sobre a degradação dos rios locais eram semelhantes àsquelas de 2015 e 2016. Seguem alguns exemplos extraídos do relatório: *"...Grande parte desses rios tem suas nascentes próximas às áreas urbanizadas, comprometendo a qualidade e disponibilidade desses mananciais que, ao passar pelas terras indígenas, já encontram-se virtualmente contaminados por esgotos, como é o caso dos rios Guaxindiba e Sahy."*; *"...As aldeias*

mais distantes do rio Piraquê-Açu, como Olho d'água e Areal utilizam o rio Sahy (que apresenta indícios de poluição e é foco de conflito e competição com pescadores da cidade de Aracruz)"; "...A maioria dos indígenas afirma que as populações de peixes vêm diminuindo visivelmente ao longo dos anos, e que algumas espécies antes comuns já não são mais capturadas. Mesmo as atividades cotidianas relacionadas ao rio, como lazer e lavagem de roupas foram abandonadas pela redução da qualidade da água nas duas TIs. Esse processo justifica-se pela conjugação de diversos fatores, dentre os quais: Parte das nascentes dos rios que abastecem a TI Tupiniquim-Guarani encontra-se no perímetro urbano de Aracruz e recebe o despejo de efluentes urbanos e industriais "in natura", em consequência da ETE Municipal insuficiente para a crescente demanda gerada pelo crescimento populacional e rápido processo de industrialização vivenciado em Aracruz. Os recursos hídricos presentes na Terra Indígena Comboios pertencem a bacia hidrográfica do rio Riacho e a sub-bacia do rio Comboios. A qualidade das águas superficiais do rio Riacho é bastante influenciada pelo lançamento de esgoto sanitário, que recebe os efluentes sanitários do bairro de Barra do Riacho, sem tratamento."; "...É recorrente entre os indígenas os comentários a respeito da degradação dos recursos hídricos superficiais de suas terras, e associam a perda de qualidade às intervenções hidráulicas que as bacias hidrográficas dos rios Riacho, Comboios e Gimuhuna sofreram nos últimos anos. Portanto, a adução de água do rio Doce pelo rio Riacho e, eventualmente pelo rio Comboios, através dos canais de irrigação, segundo relato da comunidade indígena, trouxe mudanças significativas nos padrões de qualidade da água do rio Comboios, alterando, de forma drástica, suas características físicas, como turbidez, cor e vazão, além dos níveis de salinidade, o que diretamente refletiu no acentuado declínio na disponibilidade de recursos pesqueiros..."

O mesmo estudo de 2012 aponta a existência de atividades industriais poluidoras na área, com potencial de contaminação das águas superficiais, por exemplo, a existência de aterros industriais de resíduos perigosos: "...O Aterro Sanitário Brasil Ambiental ocupa uma área de 17,6 hectares na cabeceira do córrego Morobá, a 1000m da aldeia Areal, e recebe resíduos classe I perigosos, II inertes e III não inertes, de fontes industriais, comerciais e resíduos domésticos urbanos de dez municípios, inviabilizando a pesca neste rio, antes utilizado pela comunidade de Pau Brasil".

Portanto, os documentos pretéritos existentes demonstram que problemas associados à qualidade das águas, utilizadas para o abastecimento de localidades indígenas, já existiam no passado, estando sob os cuidados dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

2. CARACTERIZAÇÃO DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS

A partir do estabelecimento dos acordos para atendimento emergencial aos indígenas de Aracruz-ES, a Samarco iniciou o monitoramento nos rios Guaxindiba e Sahy. O monitoramento no rio Piraquê-açu já era realizado desde dezembro de 2015.

Os resultados do monitoramento emergencial, analisados até agosto de 2016, estão apresentados e discutidos no memorando técnico MT-056_159-515-2282-01-J (Anexo 1). Os argumentos utilizados no presente ofício são baseados nas conclusões deste memorando.

O estudo considerou como premissa que o principal caminho de impacto nos rios Guaxindiba, Sahy e Piraquê-açu, somente poderia ocorrer através do fluxo da pluma de sedimentos na água costeira, por meio da entrada da água costeira na foz dos rios.

Adicionalmente, se não ocorresse o fluxo da pluma de sedimentos pelo caminho preferencial da foz dos rios, as demais fontes hídricas de abastecimento utilizadas pelas pequenas comunidades, tais como, nascentes e aquífero raso, não seriam impactadas pelo evento em análise.

Portanto, o estudo realizou a análise da extensa série de dados obtidos pelas coletas de águas da zona costeira, a partir do monitoramento e, também, do programa de investigação realizado pela SAMARCO. A amostragem na zona costeira compreendeu 29 pontos de amostragem situados além da costa do Espírito Santo com: 11 pontos de amostragem localizados dentro de um raio de 5 km da foz do Rio Doce, 12 pontos localizados fora desse raio de 5 km e 6 pontos situados na Área de Proteção Ambiental (APA) Costa das Algas e Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz. A Figura 3 mostra a localização dos pontos de amostragem.

A frequência de amostragem foi diária com análise de parâmetros físicos e químicos, indicadores de qualidade.

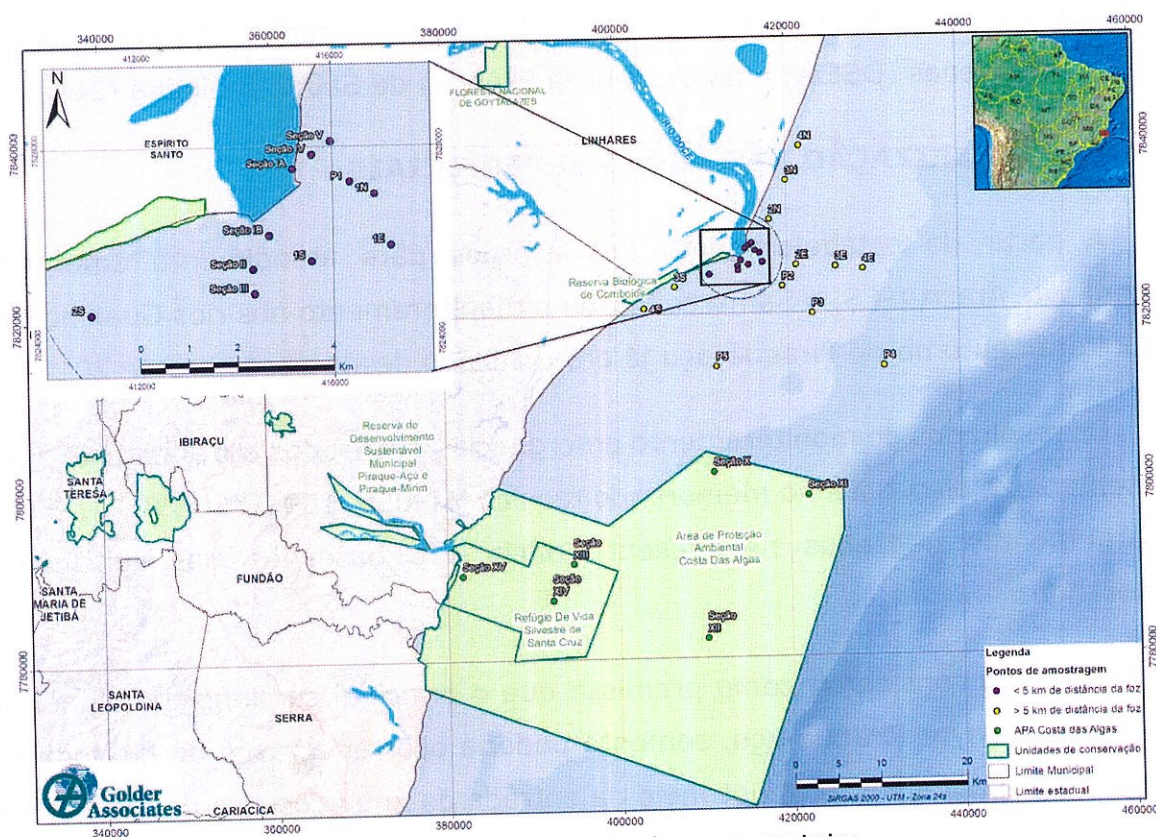


Figura 3: Localização dos pontos de monitoramento da zona costeira.

Os resultados do monitoramento da zona costeira, a partir de novembro de 2015 a setembro de 2016, mostraram que as alterações na qualidade da água marinha foram mais relevantes na área próxima à foz do Rio Doce.

Os parâmetros turbidez, sólidos suspensos totais, cor aparente e metais associados aos rejeitos (ferro total e alumínio total) apresentaram maiores concentrações na região próxima à foz.

Os metais não relacionados aos rejeitos não apresentaram tendência de alteração (ex. arsênio e mercúrio) ou tiveram elevação de curto prazo (ex. cádmio e chumbo). Não foram observadas alterações relevantes na APA Costa das Algas que poderiam estar associadas ao rompimento da barragem de Fundão.

A partir desta investigação, concluiu-se que durante o período crítico, onde as maiores concentrações dos materiais provenientes do rompimento da barragem foram lançadas na costa, não foram detectadas substâncias que representassem um real risco de contaminação aos sistemas estuários ao sul da foz do rio Doce.

O monitoramento da zona costeira foi continuado para os anos posteriores de 2016 e 2017, como relatado na seção 3 deste documento.

Além da análise do monitoramento da zona costeira, o cumprimento do termo de compromisso estabelecia a investigação direta dos rios Piraquê-açu, Sahy e Guaxindiba. A rede de amostragem foi composta da coleta de água superficial (dos rios) nos seguintes pontos:

Rio Piraquê-açu

- MAR-45 (início em 23 de dezembro de 2015)
- MAR-29 (23 de dezembro de 2015 a 6 de abril de 2016)
- MAR-30 (23 de dezembro de 2015 a 20 de janeiro de 2016)
- MAR-31 (23 de dezembro de 2015 a 11 de março de 2016)

Rio Sahy

- AFL-12 (início em 30 de junho de 2016)

Rio Guaxindiba

- AFL-13 (início em 30 de junho de 2016)

Os parâmetros analisados foram: Sólidos dissolvidos totais; Temperatura; Turbidez (Cláusula 2.4); Zinco total, Condutividade; Oxigênio dissolvido; pH; Salinidade; Alumínio total; Arsênio total; Cádmio total; Chumbo total; Ferro dissolvido; Ferro total; Manganês total; Mercúrio total; Coliformes termotolerantes; Cor; Cor verdadeira; Cor aparente; Demanda bioquímica de oxigênio.

A Figura 4 mostra a localização dos pontos de coleta.

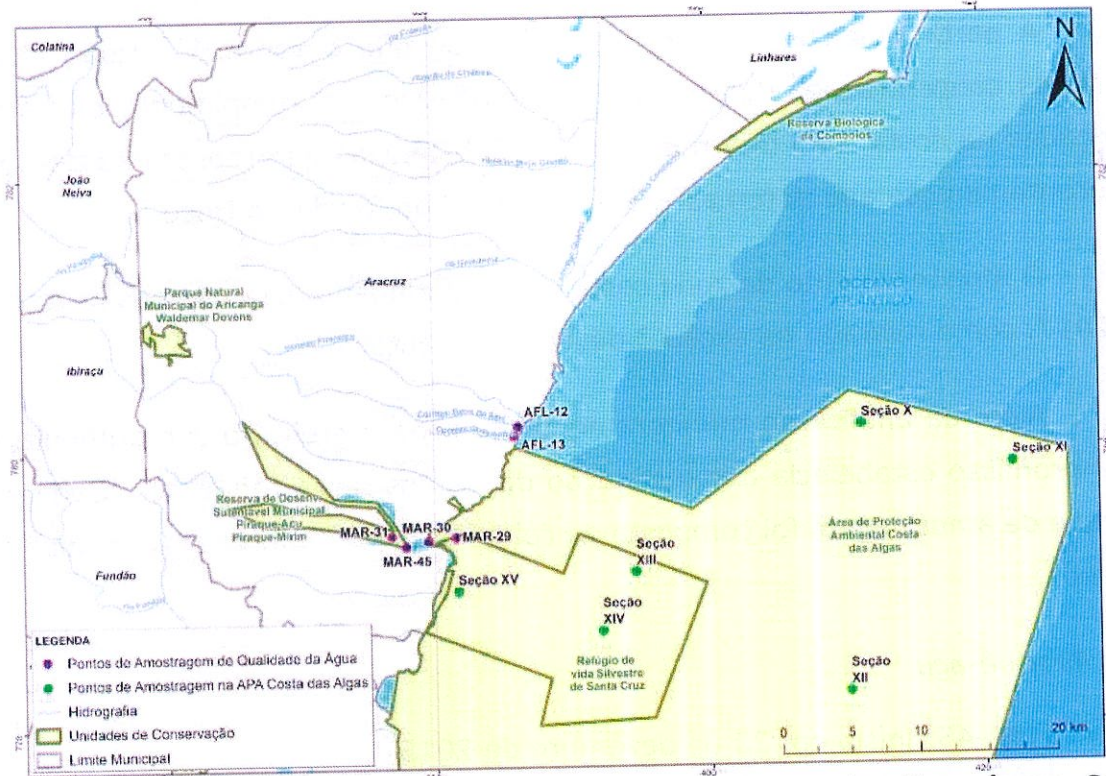


Figura 4: Localização dos pontos de coleta de água superficial nos rios Piraquê-açu, Sahy e Guaxindiba.

Os resultados das análises das amostras coletadas nos rios foram comparados aos valores obtidos em estudos históricos da região (Cláusula 2.4) e aos padrões da legislação da Resolução CONAMA 357/2005, quando aplicável. Adicionalmente, os resultados foram comparados aos resultados dos pontos de amostragem na zona costeira – APA Costa das Algas.

Os resultados mostraram que as concentrações dos parâmetros identificados como indicadores dos rejeitos em águas superficiais e continentais (ferro, alumínio, manganês, cor, turbidez e sólidos suspensos totais) estiveram na sua quase totalidade em conformidade com os padrões de qualidade de água da Resolução CONAMA 357/2005 nos três rios de interesse.

As exceções foram cor verdadeira e ferro dissolvido que apresentarem valores não conformes com os valores regulatórios da lista CONAMA 357. Observou-se que as concentrações de tais parâmetros nos rios Guaxindiba e Sahy foram elevadas quando comparadas às concentrações em pontos de amostragem no oceano. Esta análise sugere que o enriquecimento em ferro nas águas dos rios são oriundos de fontes existentes nas

bacias de drenagem dos próprios rios ou mesmo da composição do solo e, portanto, não relacionados aos materiais liberados pelo rompimento da barragem (memorando técnico MT-056_159-515-2282-01-J - Anexo 1).

Outra análise do parâmetro ferro mostra que os valores obtidos em 2016 foram abaixo dos valores históricos reportados em estudos anteriores nas bacias hidrográficas localizadas no município de Aracruz-ES. Por exemplo, Gardiman Junior (2012) reportou concentrações de ferro dissolvido acima do padrão de 0,3 mg/L em bacias hidrográficas em Aracruz-ES (valores medidos de 0,50 mg/L a até 11,40 mg/L), valores estes acima do obtido em 2016. Esta análise mostra que as fontes de ferro nas águas superficiais na região já são uma característica anterior ao evento do acidente da barragem de Fundão.

Os resultados de turbidez foram também comparados aos níveis históricos de turbidez registrados na região. Estudos anteriores mostram que os níveis médios deste parâmetro eram da ordem de 50 UNT, em bacias hidrográficas em Aracruz-ES (Gardiman Junior, 2012). Barroso (2004) encontrou nível máximo de 97 UNT e valores médios de 10 a 30 UNT no rio Piraquê-açu. Bertoldi (2013) encontrou níveis inferiores a 40 UNT no rio Piraquê-açu. A partir do conhecimento destes valores históricos, observa-se que as medidas de turbidez medidas nos rios em 2016, portanto, após o rompimento da barragem, estiveram no intervalo de 1 a 45 UNT. Ou seja, permaneceram dentro do intervalo histórico da região.

A partir da interpretação integrada dos resultados das amostras dos rios, da zona costeira e dos dados pretéritos, o memorando técnico concluiu que não existem evidências de que a qualidade da água nos rios Piraquê-açu, Guaxindiba e Sahy possa ter sido afetada pelo evento relacionado com o rompimento da barragem de Fundão em Minas Gerais.

Todos esses resultados e conclusões foram apresentados em reunião realizada na cidade de Brasília no dia 23 de setembro de 2016 e nas comunidades indígenas de Comboios (dias 4 e 12 de janeiro de 2017) e Caieiras Velha (dia 19 de janeiro de 2017), com a participação de representantes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (SESAI) e Defensoria Pública da União.

Em relação a caracterização dos rios Riacho e Comboios, a SAMARCO coletou amostras de água superficial para a verificação de potencial impacto e para responder ao Parecer Pericial Nº115/2016/6ªCCR do Ministério Público Federal e FUNAI. As amostras foram coletadas no rio Comboios e no canal Caboclo Bernardo nos dias 14 e 15 de abril de 2016.

A coleta no canal justificou-se devido a interligação do canal com o rio Doce. O canal Caboclo Bernardo interliga os rios Riacho e Comboios ao rio Doce por meio de antigos canais de drenagem das várzeas, construídos pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento. Este sistema de drenagem possui um sistema de comportas que direciona a água até o reservatório da empresa. Na ocasião do evento do rompimento da barragem de Fundão, a empresa Fibria, operadora do canal, interrompeu a interligação e a captação de água do Rio Doce dias antes da chegada da pluma de sedimentos, evitando, assim, o contato direto entre as águas do rio Doce e do canal.

A análise dos resultados dos 83 parâmetros analisados nas amostras coletadas no rio Comboios e canal Caboclo Bernardo mostrou que todos os resultados obtidos estiveram em conformidade com a Resolução CONAMA 357/2005.

Uma análise adicional foi realizada comparando os parâmetros físico-químicos de amostras coletadas diretamente no rio Doce em Linhares-ES, próximo da captação da Fibria, com as medidas obtidas nas amostras coletadas no canal Caboclo Bernardo e rio Comboios. Observou-se que os valores e as concentrações das amostras do canal e do rio Comboios são inferiores às obtidas nas amostras do rio Doce e, portanto, indicando a não interligação do rio Doce com o sistema de drenagem do canal na ocasião do estudo de caracterização de 2016.

TABELA 1. Comparativo entre valores medidos no rio Doce e nos rios Comboios e canal Caboclo Bernardo.

Parâmetros	Linhares - Centro – Centro (RDC-59)			Rio Comboios/ES	Canal Caboclo Bernardo/ES	Valores Máximos estabelecidos pela CONAMA 357/05	
	Mínimo	Média	Máximo			Classe 1	Classe 2
<i>Data de coleta</i>	<i>01/04 a 14/04</i>	<i>01/04 a 14/04</i>	<i>01/04 a 14/04</i>	<i>14/04/2016</i>	<i>14/04/2016</i>		
Alumínio dissolvido (mg/L)	-	-	-	0,06	0,06	0,1	0,1
Ferro dissolvido (mg/L)	< 0,06	1,01	1,74	0,26	0,26	0,3	0,3
SST (mg/L)	11	19	34	6	8	-	-
Turbidez (UNT)	24	77	224	5	9	40	100
Cor verdadeira (mg Pt/L)	23	87	140	56	40	natural	75
Cor Aparente (mg Pt/L)	219	359	750	76	93	-	-

3. MONITORAMENTO POSTERIOR (JUL/16 a SET/17)

Após o estudo de caracterização apresentado na seção 2, foi dada continuidade ao monitoramento mensal de água superficial nos estuários dos rios Piraquê-açu, Sahy e Guaxindiba, de acordo com a cláusula 2.4.4, do Termo de Compromisso entre as TIs e a Samarco. Este monitoramento foi realizado em caráter adicional, em que pese que os dados do monitoramento já indicavam que a turbidez se encontrava dentro da faixa dos patamares históricos da região.

O monitoramento adicional foi realizado entre julho de 2016 a setembro de 2017, em três pontos de coleta mensais:

- *Rio Piraquê-açu: MAR-45*
- *Rio Sahy: AFL-12*
- *Rio Guaxindiba: AFL-13*

Os resultados do monitoramento mostraram que a turbidez continuou abaixo dos patamares históricos da região, com média e máxima de turbidez obtidas, respectivamente, de: Rio Guaxindiba (5,86NTU e 17NTU), Rio Sahy (20,7NTU e 52,7NTU) e Piraquê-açu (7,74NTU e 20NTU). Estes valores estão dentro da faixa dos níveis históricos de turbidez dos rios, dentro da faixa de 1 a aproximadamente 100 UNT. Os valores históricos de turbidez no rio Piraquê-açu variaram de 1 a 200 UNT, com nível médio de aproximadamente 20 UNT durante um período de 10 anos.

Os demais parâmetros físico-químicos obtidos no monitoramento adicional mantiveram o mesmo padrão de qualidade observado na investigação confirmatória realizada em 2016.

A partir dos resultados obtidos no monitoramento até setembro de 2017, concluiu-se pela não evidência da ocorrência de impactos do rompimento da barragem na qualidade de água dos três rios monitorados, devido a não entrada da pluma de sedimento nas fozes dos rios.

Com a ausência de impacto nos rios é correto considerar também a ausência de impacto nas demais fontes secundárias de abastecimento hídricos do local, como nascentes e poços rasos, devido à falta de complementação de um caminho de contaminação associada a presença da pluma de sedimentos no mar e estuários.

Finalmente, após setembro de 2016, foi dada continuidade à avaliação de futuros impactos na qualidade da água dessas comunidades, por meio da instalação de uma complexa rede de monitoramento das áreas que poderiam representar algum risco de contaminação dos rios, ou seja, a zona estuarina e a zona costeira (ver seção 4). Caso constatadas alterações, o monitoramento emergencial da qualidade da água e sedimentos dos rios Guaxindiba e Sahy deveria ser imediatamente reiniciado. Esta situação não foi confirmada até a presente data.

4. MONITORAMENTO ATUAL - PMQQS

O monitoramento da qualidade das águas, iniciado pela Samarco, foi absorvido pela Fundação Renova, a partir de agosto de 2017, por meio do Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo Sistemático de Água e Sedimentos no rio Doce e **zona costeira** (PMQQS).

Este programa teve sua origem no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) celebrado entre órgãos e entidades da União, dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, e as empresas SAMARCO MINERAÇÃO e suas controladoras em março de 2016.

O referido TTAC, nas cláusulas 177, 178 e 179, estabeleceu que a Fundação Renova deveria desenvolver e implantar um programa de monitoramento para ser utilizado como referência no acompanhamento da recuperação do rio Doce. O programa foi implementado por meio de uma rede de monitoramento e estações automatizadas, com início em 31 de julho de 2017 e com previsão para 10 anos de monitoramento.

A Proposta de Conteúdo Mínimo para o Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo da Água e dos Sedimentos no rio Doce, incluindo lagoas marginais e áreas estuarinas e costeiras, foi elaborada conjuntamente pela ANA, IGAM e FEAM/MG, IEMA e AGERH/ES e IBAMA, sendo encaminhada pelo CIF através da Deliberação 17 de 18/08/2016.

Ressalta-se que o objetivo geral desta rede de monitoramento é acompanhar, ao longo do tempo, a recuperação da bacia do rio Doce e a efetividade das intervenções permanentes realizadas, através da avaliação sistemática da qualidade das águas e dos sedimentos. Para tanto, a proposta de conteúdo mínimo definiu os pontos de monitoramento, periodicidade, metodologia e parâmetros a serem monitorados.

Para a zona costeira e estuarina, foram definidos pontos representativos para o acompanhamento da evolução da qualidade das águas e sedimentos, a identificação de tendências e o apoio à elaboração de diagnósticos. Desta forma, foram considerados 36 pontos representativos dos estuários e zona costeira. Em todos esses pontos de monitoramento são coletadas amostras de água em duas profundidades (superfície e fundo), permitindo avaliar a influência da pluma de sedimentos do rio doce sobre as camadas, além de análises de perfilagens verticais através do CTD, coleta de sedimentos e fauna bentônica.

Note-se que o Conteúdo Mínimo do PMQQS não estabeleceu como pontos para monitoramento de impactos, os rios Guaxindiba e Sahy, o que indica que o monitoramento anterior realizado não apontou impactos dos rejeitos nesses cursos d'água.

Especificamente na região de abrangência das Terras Indígenas Tupiniquim-Guarani em Aracruz, o PMMQS estabeleceu os seguintes locais de monitoramento e corpos hídricos: 2 (dois) pontos na zona estuarina do rio Piraquê-açu, 2 (dois) pontos na zona

estuarina do rio Riacho e 4 (quatro) pontos na zona costeira (Refúgio, Padres, Barra do Riacho e Comboios) conforme apresentado nas Figuras 5 e 6.

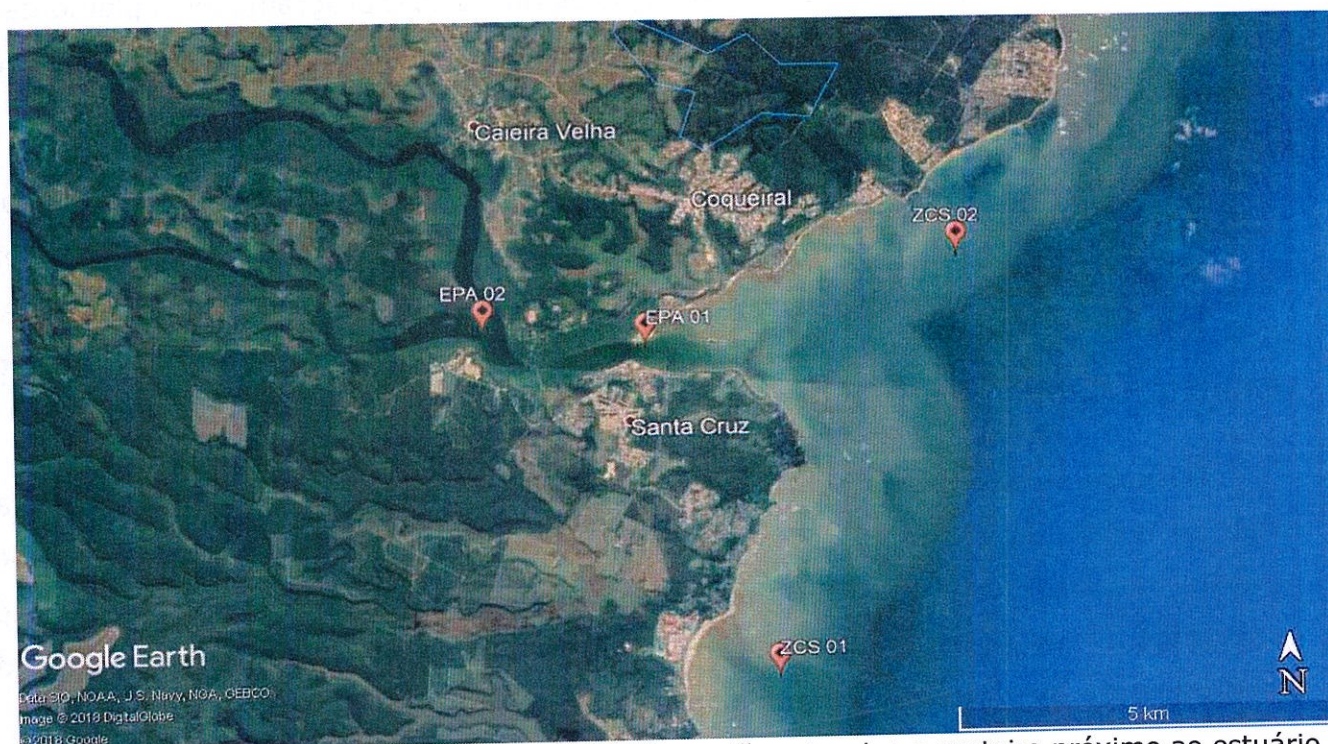


Figura 5. Mapa com a localização dos pontos da região estuarina e costeira próximo ao estuário do rio Piraquê-açu (EPA 01 e EPA 02 – área estuarina e ZCS 01 e ZCS 02 – área costeira).



Figura 6. Mapa com a localização dos pontos da região estuarina e costeira próximo ao estuário do rio Riacho (ERR 01 e ERR 02 – área estuarina e ZCS 03 e ZCS 04 – área costeira).

O atual acompanhamento realizado pelo PMQQS, e avaliado pelos órgãos integrantes da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade de Água (CT-SHQA) do CIF, assegura que as condições ambientais estão sendo monitoradas para a determinação de potenciais impactos provocados por variáveis adversas relacionadas ao evento do rompimento da barragem de Fundão. A análise técnica dos resultados do monitoramento está sendo objeto de relatório específico, elaborado pela Fundação Renova e avaliado e validado pela CT-SHQA.

5. CONCLUSÕES

Considerando o exposto neste ofício, uma vez que os estudos mostram que não houve impacto sobre os cursos d'água utilizados pelas terras indígenas de Aracruz, a Fundação Renova não entende como justificável tecnicamente a necessidade de fornecimento de água mineral para estas localidades.

Ademais, diante do fato de que as comunidades, anteriormente ao rompimento da barragem, já estavam expostas a impactos diversos na qualidade dos cursos d'água e,

inclusive, reconheciam esses impactos, não se justifica aqui o princípio da precaução para o fornecimento de água mineral.

Cabe ressaltar, no entanto, que o monitoramento aqui apresentado tem como objetivo a avaliação das condições da qualidade da água do ambiente e não de avaliar a qualidade da água para consumo humano, considerando que para esta finalidade a água deve passar por um processo de tratamento para então garantir a sua potabilidade e adequação ao padrão da Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde nº 05/2018. Para tanto, a Fundação Renova iniciou os estudos para implementação de ações estruturantes de abastecimento para as citadas terras indígenas, como medida compensatória.



SARA JUÁREZ SALES
GERENTE EXECUTIVA SOCIOAMBIENTAL

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

Participantes:

Andrei Camargo Duarte (FUNAI/ Fundação Nacional do índio), Antônio Carlos Cacique Tupiniquim (TI Comboios), Antônio Carvalho Cacique Guarani (TI Caeiras Velhas), Caroline Buosi Molina (Secretaria de Governo SNAS/DPDS), Cecília Reigada Piva (FUNAI/Fundação Nacional do índio), Douglas da Silva Lemos (Presidente AITG - Associação Indígena Tupiniquim e Guarani), Edna das Neves e Silva (SETADES/ES), Eduardo Romano Bustamante (Fundação Renova Vice-Líder de Programa), Eva Adriana Costa Gazoni (Fundação Renova – Governança), Gabriel Vinícius Moura (Fundação Renova Advogado), Jorge Luiz de Paula (FUNAI Fundação Nacional do Índio), Luiz Henrique Rodrigues (SECULTES/ES), Mariely Helena Barbosa Daniel (SESAI/MS), Monica Silva de Jesus Pazinato (CRQ Degredo-Comissão Local), Renaldo Krenak (TI Krenak), Suzane M. F. Carvalho (Secretaria de Governo - SNAS/DPDS), Thiago Henrique Fiorott (FUNAI/Ouvidoria-SEDE), Tiago Cantalice da Silva Trindade (FCP / Fundação Cultural Palmares), Valeria do Socorro Novaes De Carvalho (FUNAI/SEDE), Lucas Cravo de Oliveira (Defensoria Pública), Maria (Ernest&Young), Ricardo (Fundação Renova – Gerente Povos e Comunidades Tradicionais), Hugo Ricardo Diogo (Representante do MPF), Rita (Fundação Renova- Direitos Humanos). Confirmar os nomes conforme a lista de presença.

PAUTA

Apresentações de Responsabilidade da Fundação Renova

I) Pauta Quilombola

I – Ações desenvolvidas para o estabelecimento de solução definitiva para o abastecimento de água potável para Degredo.

II - Atendimento emergencial com água para consumo suficiente para as famílias cujos poços estão contaminados com arsênio e outros metais pesados, com vistas à proteção e promoção da saúde.

III – Indenização – apresentar proposta de calendário de atividades para estabelecer a matriz de danos de forma independente do PBAQ

IV – Plano de Cheias para o território de Degredo e integração ao plano anual de contingência para o período chuvoso. Atividades realizadas e a realizar (cronograma).

11h00 – 12h30

II) Pauta Faiscadores

I – Plano de Cheias para as comunidades de faiscadores e integração ao plano anual de contingência para o período chuvoso. Atividades realizadas e a realizar (cronograma).

II – Medidas Compensatórias para o grupo de garimpo e pesca artesanal – proposta e cronograma de atividades

III) Pauta Indígena

I – Deliberação 201 – Fornecimento de água para os Tupiniquim e Guarani

II - Situação do Abastecimento de Água para as TI's Caeiras Velhas II, Tupiniquim e Comboios.

III – Fluxo para inclusão de novas famílias para os Tupiniquim e Guarani.

IV - Plano de Cheias para as terras Tupiniquim e Guarani – atividades realizadas e a realizar (cronograma)

V - Cronograma das ações do abastecimento da água na TI Krenak e das galerias nas travessias do córrego do Cacao.

VI – Informe preliminar sobre o ECI – análises em andamento na FUNAI e na SESA e desdobramentos.

VII – Atualização do cronograma de ações da Polifônicas no território - constante do ECI e aprovado na reunião de apresentação em dezembro/2018.

VIII – Agenda de Trabalho da Polifônicas no território para realização de coletas, de acordo com concessão de licença pelo IBAMA.

V) Pauta Geral

7h00 às 17h30 – Encaminhamentos finais

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

Dia vinte de fevereiro de 2019, na sala 101 do Anexo II do Palácio do Planalto, Bairro Zona Cívico Administrativa, em Brasília/DF aconteceu a reunião da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais CT-IPCT/CIF. A reunião foi iniciada pela coordenadora Caroline Molina da Secretaria de Governo da Presidência da República, que deu as boas-vindas e realizou a rodada de apresentações. A Câmara Técnica é coordenada pela Secretaria de Governo e compartilha a coordenação com o Thiago Cantalice, Fundação Palmares e Valéria Novaes da FUNAI, a participação de membros representantes de órgãos governamentais ainda em processo de transição, representantes das Comunidades: Quilombola de Degredo, Indígenas, Krenak, Tupiniquim Guarani e de Faiscadores/Pescadores. Foi feita a apresentação do novo gerente do setor de Povos e Comunidades Tradicionais criado pela Fundação Renova reportando diretamente à diretoria de Programas Socioambientais e econômicos, Sr. Ricardo, convidado recentemente para essa função. Este reitera que, mesmo com as mudanças ocorridas, a figura do líder de programa permanece e reforça o compromisso de manter o diálogo dentro de um contexto sabido complexo e dar encaminhamento das questões importantes mencionadas neste fórum. **Pauta Quilombola: I – Ações desenvolvidas para o estabelecimento de solução definitiva para o abastecimento de água potável para Degredo. II - Atendimento emergencial com água para consumo suficiente para as famílias cujos poços estão contaminados com arsênio e outros metais pesados, com vistas à proteção e promoção da saúde. III – Indenização – apresentar proposta de calendário de atividades para estabelecer a matriz de danos de forma independente do PBAQ.** A coordenadora retoma a fala para o primeiro item de pauta, onde haverá, dia 22 de fevereiro, próxima sexta-feira, a 4ª Reunião Ampliada Intercâmaras sobre Medidas Estruturantes para o Abastecimento de Água para a Comunidade de Degredo no Espírito Santo. A expectativa dessa agenda é que a Fundação Renova apresente proposta de sistema de abastecimento, como ação estruturante, considerando todas as ressalvas feitas em reunião anterior pelas Câmaras Técnicas, Prefeitura de Linhares e Comissão Quilombola. Paralelo a isso, sobre a água emergencial, que tem sido entregue na proporção de 5L/pessoa/DIA, reiterou-se o pleito de que ela seja ampliada para 15L/pessoa/dia, atendendo Relatório da CT Saúde de 2018, especialmente para os 34 poços altamente contaminados (contendo metais pesados, dentre eles, Arsênio). Na reunião extraordinária da CT-IPCT, realizada dia 30 de janeiro, a Fundação Renova apresentou o laudo de 138 poços onde ainda faltam 40 a serem avaliados e 34 poços que deveriam ser interditados devido à contaminação por arsênio. A água não poderá ser usada para nenhuma situação muito menos para ser consumida. A Renova foi questionada para dar o retorno de quando a água será entregue até que a situação se resolva por completo. No entanto, ela não se posicionou com uma resposta efetiva. No mesmo instante foi recebido um ofício, enviado na noite anterior, no qual a diretoria da Fundação informa que não será ampliada a entrega da água para 15L/pessoa/dia. A coordenação da CT questiona sobre o posicionamento recorrente da Fundação de não atender qualquer deliberação feita pela CT ou pelo CIF e de manifestar-se no momento em que a reunião preparatória ocorria, tornando impossível o debate com os membros da CT. Na reunião intercâmaras realizada em janeiro foram renovadas as cobranças, os prazos foram revistos com ata oficializada agora já vencidos. A própria CT Saúde e CT Segurança Hídrica já informaram a necessidade da imediata interdição dos postos, aumento no abastecimento para 15 litros por pessoa e de ações voltadas para a utilização sustentável da água. É grave a situação, posiciona a coordenação da CT. O novo gerente da FR informa que não pode responder e dar prazos sem a prévia consulta com seu diretor e que entende que a ação de educação ambiental precisará mesmo ser feita, mas com o apoio de uma equipe especializada para isso e que deverá ainda ser contratada. Acordou-se que enviará os prazos a implementação das ações na próxima semana. A representante da comunidade Quilombola em Degredo pontuou que as questões do uso sustentável da água e do abastecimento bem como a contaminação dos poços têm que ser discutidas com urgência pela Fundação Renova dentro da comunidade com a intensificação do diálogo direto com as famílias. A água sempre foi utilizada para atender todas as necessidades e hoje não se pode nem usar para lavar roupa. Enquanto Câmara Técnica tem-se que trabalhar com a realidade, estudos factíveis, soluções técnicas para resolver os problemas alinhadas com os grupos interessados e sensibilidade para lidar com pessoas. É obrigação da Fundação já que suas mantenedoras provocaram o desastre. Propõe dar efetividade para continuar o processo de reparação dando as providências necessárias e celeridades das ações propostas. O representante jurídico da Renova ressalva que ela é uma fundação privada, que a entrega dos 5 litros de água foi uma decisão institucional e tem como objeto a relação de responsabilidade onde essa questão entende-se por uma liberalidade quanto aos direitos humanos. Lembra a todos que não há nexo causal o rompimento da barragem e a qualidade da água. A representante da FUNAI interpõe ressaltando que o princípio da precaução tem que estar presente o tempo todo, atribui a CT o auxílio e a responsabilidade de obter dados e a Renova tem autonomia para junto aos órgãos federais para legitimar o processo, mas que, precisa-se avançar com urgência para que o dano não se estenda. Representante do Ministério Público e consultor da Ramboll pontua sobre o entendimento do nexo causal. Primeiro que a relação de nexo causal é linear e não existe na literatura atual nem precedentes técnicos, e as relações de causa e efeito possíveis que estão se processando no território pela lama até o momento e o descumprimento da Cláusula nº20 do TTAC. Ressalva que não se pode ainda ter todas as afirmativas corretas porque o que paira é a incerteza; segundo que o que se tem certo são territórios atingidos e precisa prevalecer

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

o princípio da precaução citado anteriormente e existe uma fragilidade de uma decisão judicial que se pautou em um argumento técnico frágil, nenhum dos grupos envolvidos, governo, Renova e CTs tem a certeza dos reais danos causados e sua extensão. E pergunta com que base estão sendo feitas as exclusões de áreas e comunidades e na insistência sobre a questão do nexo casual porque ela não se processa não tem respaldo no fórum internacional e, do ponto de vista metodológico, não tem fundamento. A solução seria adotar boas práticas de gestão, assumir as incertezas e realizar estudos para a monitoramento a médio e longo prazo. O representante da Fundação Cultural Palmares ressalva que não é uma liberalidade, houve uma deliberação aprovada no CIF de maio por uma demanda da comunidade e não foi atendida e por isso a recorrência nas solicitações consequentemente a aplicação de multa. A decisão judicial se deu sobre a multa do não cumprimento da deliberação e não sobre a água. Reafirma que o nexo causal não foi comprovado e não se justifica e, portanto, não pode ser buscado apenas pelo viés ambiental com base nos relatórios, precisa ser levada em consideração a percepção da comunidade local. Faz um apontamento importante também sobre o direito da auto definição dos atingidos garantido internacionalmente para serem reconhecidos que está acabando por criar um critério de exclusão já que nem os órgãos governamentais o fazem. A representante da SETADES acredita estar havendo uma inversão de valores já que Fundação Renova foi criada com o objetivo de acelerar o processo de ressarcimento, sem o paradigma empresarial e sem a estrutura burocrática da máquina pública, mas, que está mantendo uma postura de empresa privada, e não leva em consideração as medidas compensatórias precisa abrir o diálogo na sua finalidade adotando outra postura. E afirma que tem sim nexo causal pela insegurança de beber a água ou comer o pescado do rio. A coordenadora da Câmara Técnica questiona a Renova como será feita a comunicação com a comunidade sobre os 34 poços que estão contaminados e que a ela deverá se justificar que foi feito por mera liberalidade a entrega de 5 litros de água por pessoa na comunidade, e a não entrega dos 15 litros, conforme pleiteado. Propôs um ato coletivo para apresentar os termos tratados da questão da água e o ofício enviado, em conjunto com o Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, CT Saúde, e quem mais merece receber a resposta. A CT-IPCT afirma que esta questão está na condição de compensação e precisa-se resolver os problemas enquanto estudo e análises estão sendo feitas. Relatou a oscilação da Fundação sobre decisões acordadas questionando a condução que é feita pela CT. A representante Quilombola solicitou a presença na reunião das pessoas responsáveis pelas decisões assinadas nos ofícios para explicar o que está sendo feito diretamente com os atingidos. Principalmente quando são líderes dentro da Fundação que chegaram recentemente. Sugeriu que para o programa 4 o diálogo tem que acontecer casa a casa e as novas informações não podem ser levadas apenas pelos representantes, a comunicação é de responsabilidade da Renova. O líder dos programas da Renova presente respondeu a importância da fala da CT sobre as respostas, principalmente a temas polêmicos têm que ser adiantadas, e não chegarem no dia da reunião. E assume a responsabilidade por atrasos nas ações principalmente com a dificuldade de integração entre os programas e informações geradas pelos estudos e da articulação institucional interna da Renova. Degredo é uma das comunidades mais assistidas do ponto de vista do saneamento básico, e a discussão sobre o nexo causal é sempre desgastante e acaba por gerar mais insegurança na comunidade. Expectativa de ampliar a discussão técnica em Linhares com a equipe de segurança hídrica e relações institucionais da Renova no território faltando apenas o alinhamento com a prefeitura para identificar a contribuição de cada parte nesse processo já que o município é o responsável legal pelo saneamento básico. Há uma dificuldade da Renova em assumir compromissos sequenciais sem uma articulação conjunta com o Ministério Público como determina a legislação. **Encaminhamento-E18.1: Sobre a negativa de entrega dos 15 litros de água para atender a população cujos 34 poços estão contaminados, manteve-se a proposta de realização de um ato com a comunidade justificando o porquê desta negativa e a seguir uma atuação individualizada, família por família. Prazo: mês de março de 2019 (sem data definida ainda).** O gerente de projetos relatou que foi uma definição da diretoria sob diversos aspectos e argumentos e lembrou que para realizar a informação da decisão desta maneira colocada poderia gerar uma instabilidade maior na comunidade. Sugeriu uma intervenção que junte a lógica de educação e diálogo e tentar esperar uma conversa mais interinstitucional, postergando o prazo. O representante da Fundação Palmares pontuou que a interdição dos poços contaminados irá ocorrer de qualquer forma. E a representante dos atingidos de Degredo alertou que a questão agora é de saúde pública e o governo não tem como arcar sozinho. As consequências na qualidade de vida e saúde da população serão sentidas anos depois e a Renova não estará presente mais para dar as tratativas devidas. A falta de cuidado ao levar as informações relevantes à população tem gerado insegurança e descrédito. A Fundação errou em enviar um Ofício sem comunicação devida para o território, já que são pessoas simples de pouca instrução e principalmente ao mencionar os poços contaminados não foram identificados quais eram, de quais famílias, gerando pânico na população. O gerente da Renova fez a proposta para que a Renova já chegue com a notícia e propostas de soluções. A coordenadora da CT relatou que faltou informação básica sobre a contaminação dos poços que foi realizada pelo poder público e as comissões locais. Completou que a Renova errou ao trazer o ofício sem uma comunicação prévia e a proposta para se ter esse momento coletivo para sanar dúvidas, mais uma vez solicitada a postergação. O gerente de programas da Renova reitera a sua fala onde precisa sim chegar com a notícia, mas também com uma resposta, e a necessidade de se fazer uma conversa interinstitucional antes de ir a campo. O representante da FUNAI, pontuou que a informação, a

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

essa altura já chegou na comunidade, e ficou preocupado porque desde o começo a Fundação Renova se apresentou com uma perspectiva diferente de uma empresa e de construção de relacionamento de longo prazo. Chegou-se até este momento patinando em uma série de ações reforçando a postura com os Krenak que prefere lidar diretamente com a Vale do que com a Renova gerando perplexidade com a maneira como os assuntos estão sendo tratados e na capacidade de gestão e mediação de conflitos. Consequentemente o desgaste quando se opta pela judicialização. A Renova exerceu seu posicionamento através do Ofício, ouviu as ponderações e argumentos que foram registradas e necessidade da tomada de ações adjacentes. Porém, há um processo legal que envolve o município, com a responsabilidade de assumir a entrega. **Encaminhamento -E18.2: A interlocução tem que ser feita pela Renova através do Programa 04 via comunicado, ou contato direto ou institucional. Encaminhamento -E18.3: Contratação de equipe para fazer o treinamento da educação ambiental postergado. Verificado a possibilidade de ser enviada uma notificação.** A coordenadora informou a manutenção da agenda em Linhares e paralelamente reforçou o compromisso da CT e Renova para dar celeridade nas ações estruturantes na perspectiva de compensação. **Encaminhamento-E18.4: Apresentar como será feita a comunicação do tema da negativa do ofício pela Renova. Prazo: Imediatamente.** A representante da SETADES questionou se o novo diretor da Renova se preocupou em consultar os líderes dos programas antes de emitir o ofício porque aparentemente não está suficiente embasado para discutir o assunto. O representante da FUNAI, pontuou que, qualquer ação de outro programa no território e que abrangem povos tradicionais tem que estar informada pela lógica da associação com as ações contempladas nos Programas 03 e 04. Demandam um olhar diferenciado sobre as questões já dispostas para que o diálogo seja estabelecido. A Renova irá avaliar durante o almoço uma solução para dar o retorno para as famílias cujos poços estão contaminados. Ainda na pauta Quilombola a coordenadora lembrou do **tema da Indenização.** A representante Quilombola contextualizou que, em reunião com a Renova e a comunidade, o tema será tratado com maior aprofundamento nas próximas CTs, já que se iniciaram as discussões com a equipe do Programa PIM para um desenho específico de como as indenizações serão feitas respeitando toda a especificidade de cada povo tradicional. A Fundação Renova também aceitou a proposta de que a mediação deverá ser feita via Ministério Público e Defensoria Pública. O representante dos faiscadores lembrou que precisa saber como a Renova dará o encaminhamento/direcionamento em relação ao desenvolvimento das matrizes de danos desses povos. A Renova relatou que iniciou uma conversa no começo de 2018 do processo de estruturação indenização, com a expectativa de não precisar esperar os planos resultantes dos estudos. Houve uma necessidade de desenhar uma matriz de danos exclusiva para esses povos para além do que o Programa de Indenização Medida, PIM oferece. Neste meio tempo o Plano Básico Ambiental, ou PBA, já estava em andamento, para a comunidade Quilombola, no qual a discussão sobre a indenização acabou por entrar no escopo do plano. Em discussão dentro da CT e com a Comissão Quilombola optou-se por retirar esse tema do PBA, para tratá-lo separadamente e estruturalmente pela Renova não haveria objeção. Relatou que seria necessário esclarecer isso. **Encaminhamento-E18.5: Construção em conjunto, Comissão Local e Renova, do calendário próprio, esclarecimento pela H&P que o tema da indenização não será tratada mais dentro do PBA e, paralelamente, mobilizar as áreas da Renova do PIM para trazer as bases da metodologia e matriz de danos já feita para apoiar a comunidade na construção da sua matriz.** Foi sugerido convidar o Sr. Wilson, procurador federal, que construiu a matriz de danos para atender a comunidade indígena depois do acidente com o avião da GOL. As atualizações do andamento das discussões serão compartilhadas por em tempo informou a Renova. A coordenação da CT sugeriu alinhar com a CTOS os pontos de atenção sobre o programa de Indenização para auxiliar a CT-IPCT no processo. **Pauta Faiscadores: I – Plano de Cheias para as comunidades de faiscadores e integração ao plano anual de contingência para o período chuvoso. Atividades realizadas e a realizar (cronograma). II – Medidas Compensatórias para o grupo de garimpo e pesca artesanal – proposta e cronograma de atividades.** O representante dos faiscadores de Santa Cruz do Escalvado iniciou a sua fala diretamente à Renova, e pontuou que a principal foco deve ser o atingido, a questão da água é de grande relevância e os prazos estão sendo postergados, que a tradicionalidade do seu povo foi diretamente afetada e prejudicada com as obras na Barragem de Candonga. O processo de reativação econômica praticamente não existiu. Como presidente da Cooperativa de Atingidos dentro do Lago de Candonga eram vinte profissionais monitorados e com contrato de 4 anos em vigor, que foi rompido e não houve nenhum tipo de ressarcimento por alegação que não seria responsabilidade da Renova e sim da Samarco. Relatou ainda que a obra mencionada causou um dano ainda maior com o depósito de rejeitos que estava a 30 metros de profundidade do leito e trazer para a borda da barragem, construção do barramento na época da piracema. Solicitou com urgência que se faça uma análise dos poços furados e sua interligação que até hoje não foram feitos, e a falta de respeito com as assessorias técnicas. “Não podemos medir para falar da Renova, destruiu nossos sonhos e paralisou a nossa vida, furando os poços e que não estão nem funcionando”. Colocou também a sua percepção que a Renova não respeita as Câmaras Técnicas. A assessora Técnica participou de uma reunião para fazer uma denuncia com relação a tratativa de um antropólogo no território contratado pela Fundação para dar uma resposta sobre a lista de atingidos, colocou em suspensão a tradicionalidade e identidade do grupo. Essa pessoa não será mais aceita na comunidade devido a maus tratos infligidos a duas antropólogas da comissão de atingidos e Assessoria

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

Técnica. **Encaminhamento-E18.6:** Solicitou a verificação dos encaminhamentos da última reunião: a Renova ficou de ir ao território para esclarecer sobre os programas e discutir sobre as medidas de compensação coletivas com as assessorias técnicas e assim que essas pudessem passar para os atingidos. 2. A Renova ficou de encaminhar os laudos sobre a qualidade da água de maneira didática e explicativa para assessoria para ser repassado aos faiscadores. Por fim convidou a equipe da Renova a ir ao território para construir em conjunto as medidas de compensação coletiva para os pescadores e faiscadores. Questionou porque foi contratada uma empresa fora do território para fazer os serviços nas propriedades que poderiam ser realizados pela Cooperativa de Atingidos. Ficou explicitada a falta de interesse em investir na mão de obra local. A luta é também para que se tire o rejeito do Rio Doce. Não justifica uma empresa criada para reparar o dano é a favor das mineradoras e não do atingido. A coordenadora da CT informou à Renova que os faiscadores (Santa Cruz e Rio Doce) elaboraram uma lista sobre o Auxílio Financeiro Emergencial. Parte já foi incluída no AFE e foi apresentada uma nova lista no final do ano passado e a CT recebeu uma negativa. A coordenação explicou que a câmara não incide sobre todos os temas, preza-se pela autonomia e interlocução no território direto com a Renova. Quando algo não dá certo relacionado aos programas 03 e 04 a CT intervém. Pela convenção 169 que trata do auto reconhecimento desses povos tradicionais e por conta disso não seria preciso submeter este autoreconhecimento a estudos ou pesquisas acadêmicas ou técnicos. A Comissão local ou cacicado é a instância maior para a deliberação deste reconhecimento. Todas as vezes que precisa-se incluir novos nomes a demanda não flui, vai-se recepcionar essa situação no tema dos faiscadores e reiterar que seja respeitado esse auto reconhecimento. A título de comparação, tem-se o CadÚnico que traz o Cadastro do Bolsa Família e outras políticas sociais que já legitimam a pessoa somente com a auto declaração. Questiona porque tem-se que voltar a trás para conseguir operacionalizar todo o processo. Pontua que a CT precisa reiterar os prazos assumidos com a população, retomada da atividade produtiva, o respeito com a comunidade, no estudo de componentes para o faiscador/pescador precisa-se analisar os impactos e a atribuição de cada um. Relatou que foi significativo o tema da câmara ter virado uma gerência e a expectativa é que tenha equipe da Renova para impulsionar todos os processos.

Encaminhamento-E18.7: Estudo de componentes faiscadores/pescadores para análise dos impactos. A Renova informa que se houver um termo de referência de um órgão público responsável pode-se seguir com o processo. Sugestão de ser a SEPPIR. A Renova programou uma reunião integrada do território em novembro tentando articular, mas não conseguiu evoluir devido aos temas que são divididos: indígena e tema quilombola e o tema faiscadores que eram tratados separadamente. É sério a questão do distrato e do desrespeito e, mesmo com todas as divergências e posicionamentos diferentes não se justifica o desrespeito e será encaminhada a questão internamente. Com a nova gerência a expectativa é de ter maior alcance e apoio para a articulação também com outros programas com o de manejo de rejeitos e saúde para conduções internas de discussões e alinhamento antes de ir a campo. Dar as devidas prioridades com relação à segurança ambiental com relação ao tema da água e saneamento, ficou a tarefa da Renova que no próximo mês esta conversa esse diálogo será feito no território. A Renova deverá fazer um resgate da discussão feita no final do ano com os faiscadores e a assessoria técnica Rosa Fortini, relativo às **listas de auxílio emergencial e aos exames de qualidade da água**, pois houve o entendimento de que foi colocada em suspeição a identificação do coletivo, por meio de um antropólogo contratado que nem foi a campo e sobre o qual ficou formalizada uma queixa de distrato. **Encaminhamento E18.8:** A Renova deve executar as análises da qualidade da água e do que foi estruturado para os faiscadores nos três últimos anos, inclusive a questão das listas de auxílio emergencial, para apresentação e entrega na próxima reunião da CT-IPCT. **Encaminhamento-E18.9:** Apresentação do Programa 12 às comissões e notificar a comunidade, comissões de atingidos e assessorias técnicas sempre que houver alguma ação que será feita no território. O gerente da Renova explica que com a gerência a expectativa de ter uma resposta mais rápida, que irá encaminhar as demandas da melhor forma possível aproveitando o momento aproveitando que o status de liderança para a ser de gerência o que permitirá uma melhor interlocução interna. O representante dos faiscadores sugeriu que a Renova revise as ações dentro do território, e a quase 1 ano não há retorno sobre as ações prometidas e a responsabilidade foi passada para a Samarco, e a forma como o gerente de território se compromete com a comunidade para não criar expectativas. Informa que são pessoas em situação de vulnerabilidade. Sugeriu procurar o MP para levar essas solicitações já que a Renova não deu as devolutivas e solicitou maior comprometimento com o que é dito. Plano de Contingência para Cheias apresentado pela Fundação Renova, Ofício recebido um dia antes da reunião o que foi apontado que deveria ter chegado com 5 dias de antecedência. A Renova preparou um ofício que foi encaminhado à CT-IPCT, do dia 19 de fevereiro, com as seguintes questões: Faiscadores, que têm um plano de contingência para cheias específico integrado com a Samarco que já está em andamento, para os municípios de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce, está na fase final para Comboios da contratação da instalação das réguas nos 4 pontos e aquisição de equipamentos e matérias de suporte para necessidades emergenciais que serão entregues à Defesa Civil em março. Degredo: a Renova demonstrou que os resultados prévios do PMQQS já sinalizaram a possível não contaminação pelos rejeitos do rompimento da barragem para o Rio Ipiranga e que não será desenvolvido o plano de cheias para o município pois entende-se que não existe uma justificativa técnica. A representante de Degredo informou que o Plano de Contingência foi solicitado pelo

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

Prefeito de Linhares devido ao alagamento em épocas de cheias, e a Renova responde que a problemática é com relação à contaminação e não das cheias que já são características da região. Onde está a justificativa técnica que não há contaminação na água do rio, nas veredas, no Ofício se fala do Rio Ipiranga e não do Rio Doce, e a representante de Degredo pontuou que nas cheias a água do Rio Doce chega até o Ipiranga. A Renova respondeu ao representante dos faiscadores que o plano de contingência para algumas regiões como Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce e Governador Valadares, com exceção de Barra Longa, não houve alteração no desenho da calha do rio Doce que seria a justificativa técnica e direta para realização do plano. A Samarco junto com a Defesa Civil já haviam construído um plano de cheias para a região e a responsabilidade pelas atividades também é dela e não da Renova já que não houve um agravamento de cheias por causa do rompimento da barragem. O representante dos faiscadores informou que com as obras do barramento em Candonga (Usina Hidrelétrica Risoleta Neves) aconteceu sim um alagamento e assoreamento em algumas propriedades e, na época das cheias, três vertedores abertos a velocidade da água aumento o processo de erosão do solo. E alertou que tem-se um rio assoreado e se o volume de cheia vier como esperado irá ultrapassar a calha. **Encaminhamento-E18.10: marcar uma reunião com os faiscadores da região, a Samarco e a Renova para discutir sobre a responsabilidade do Plano de Contingência de Cheias. Prazo: apresentar uma data no dia 14/03.** A representante da SETADES pontuou que este tema está sendo discutido há pelo menos 4 meses e sempre a Renova traz as mesmas respostas. A representante de Degredo lembrou que não seria necessário esperar a cheia para dar a solução e solicitou a contratação de profissionais da região para um trabalho mais eficiente. O representante dos faiscadores lembrou à representante da Renova na área de Direitos Humanos que a Fundação não está preparada para reconstruir o respeito que responde que percebeu a vulnerabilidade da comunidade tradicional e irá encaminhar esse tema da ofensiva e desrespeito aos direitos humanos pelo especialista contratado pela Renova atuando na região para a área de competência e recuperar o trabalho com a comunidade. Destacou também a importância de se conseguir trabalhar de forma mais harmônica e com o tratamento com dignidade nesses locais e se propoz para ir na comunidades para ajudar a diminuir a tensão instalada. O cacique de Comboios informou que a comunidade poderá contribuir para plano de cheias e solicitou que a Fundação vá ao território para ver o que está sendo proposto, e montar equipe em campo para que sejam cumpridas as ações, alinhar com os estudos se ter um processo mais assertivo de campo. **Encaminhamento-E18.11: A Renova deverá tornar de conhecimento da comunidade os planos de contingência de cheia. Agendar uma reunião em Degredo nos mesmos moldes de uma reunião ampliada que foi feita em Comboios. Prazo data para enviar a data: até dia 22/02.** A coordenação da CT informou a necessidade de se fazer o plano para lá já foi avaliado no CIF e isso precisa ser alinhado pela equipe da FR. **Pauta Indígena. Deliberação nº201.** A Renova informou que irá prosseguir com as tratativas para as ações. O processo de estruturação do abastecimento em Aracruz seria o mesmo processo em Degredo, mapeamento e análise dos poços, proposta da CT de dar as soluções individuais e na última reunião ponderou-se a necessidade encaminhar para soluções coletivas. O ponto das análises dos poços foi suspenso durante o período de negociação dos acordos, e está-se aguardando a orientação sobre a solução técnica por parte da SESAI. O referido órgão público informou que todas as discussões sempre acontecem dentro do fórum da CT. A coordenação da CT informou que a SESAI já tem uma proposta de uma alternativa e que já foi validada pela comunidade de Comboios e precisa-se fazer o mesmo com a Aldeia de Caieiras Velhas nos moldes do que está sendo realizado em Degredo. E acrescentou que é indispensável a participação da CT Saúde e CT- SHQA, o cacicado, lideranças; antes do dia 15 de março a SESAI tem que ter ida a campo. E levar informação apresentação da análise das águas pela sesai e pela Renova para levar para essa reunião. **Encaminhamento-E18.12: a SESAI ficou de marcar uma agenda de reunião com as aldeias faltantes para levar a proposta para as ações estruturantes para o abastecimento de água em Aracruz. Organizar reunião sobre sistema de abastecimento para TI Tupiniquim Guarani, juntamente com CT Saúde e CT- SHQA, o cacicado, lideranças e Fundação Renova. Dia: 15/03.** O cacique de Caieiras Velhas informou à Renova que conversou com as lideranças e poderá retomar as coletas. **Fluxo para inclusão de novas famílias para os Tupiniquim e Guarani.** A Fundação Renova assinou o acordo emergencial incluindo até 210 famílias, por solicitação dos caciques e valerá a partir do 1º repasse do acordo original. As associações presentes no território ficaram de enviar a lista destas famílias e documentos como requisitos mínimos para acesso a esse repasse financeiro. Tem-se ainda pendentes 7 famílias que precisam ser incluídas e não haveria a necessidade de criar um processo em separado já que pode ser desgastante. Quando toda a documentação estiver sido entregue a Renova teria 20 dias para executar o pagamento retroativo a janeiro. A Renova ressaltou que os Krenak haviam estabelecido em 2016 a proibição da Fundação de realizar qualquer atividade ou ação no território de forma autônoma sem a presença da Vale porque a interlocução seria diretamente com a Vale. Pode-se operacionalizar como executor de um processo já constituído, mas como não há nenhum tipo de relacionamento estabelecido. Precisa-se de um termo, formalizado entre a Câmara Técnica, a Vale e FUNAI. Pode ser encaminhado pela última para que a Renova possa entrar no território. **Encaminhamento-E18.13: A FUNAI enviará a Fundação Renova um termo de formalizado entre ela, a Vale para dar acesso à Renova fazer a interlocução diretamente com a tribo Krenak.** Com relação à Comboios a Renova explicou que tentou buscar todas as informações e documentos necessários junto à associação local que realizou o processo de atualização

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CT-IPCT/CIF

das 36 famílias e que tem a responsabilidade administrativa do acordo. Isso ainda não ocorreu e, portanto, só seguiria com o repasse das mesmas famílias e inclusão de novas já solicitadas quando a lista estiver pronta e documentação faltante entregue. Cronograma das ações do abastecimento da água na TI Krenak e das galerias nas travessias do córrego do Cacaú. O representante Krenak perguntou sobre o cronograma de atividades, da devolutiva do que foi feito nos poços só há 1 utilizado para abastecimento, se haveria possibilidade de tratamento da água e a questão das travessias que mesmo como cronograma pronto não se iniciaram as ações ainda.

Encaminhamento-E18.13: Encaminhamento pela Renova do cronograma detalhado de forma mais estruturada até o dia 22 de março. Reunião com esclarecimento para as lideranças do cronograma e não ser apenas o envio do documento. Compartilhar o status dos pontos críticos, e atualizar a questão das obras com cronograma. A representante da SESAI relatou o maior problema é o da vazão dos poços perfurados. Cogitou-se pela retirada da água do manancial do Córrego da Onça, avaliar a vazão, a autorização para entrada dentro de propriedades privadas para fazer uma adutora que cruzaria o rio Doce. E que não poderia condicionar a escolha do manancial pelo tipo de tratamento mesmo que precise de um mais avançado, seria a solução adotada. O fornecimento de água não poderá estar condicionado à simplicidade da solução. Informe preliminar sobre o ECI – análises em andamento na FUNAI e na SESAI e desdobramentos. A representante da FUNAI relatou a confirmação das coletas com a pactuação em março da agenda. Solicitou o apoio da Renova na viabilização das agendas de coletas, presença no território e participação dos representantes indígenas. A Polifônicas retornou com uma apresentação em dezembro de 2018, houve uma prévia com as comunidades sobre a matriz de impactos e não o estudo como um todo. Dia 19 de fevereiro houve a reunião sobre a agenda de coletas com Tupiniquim Guarani, e dia 20 será discutido o plano de trabalho. Dia 22 de fevereiro estará em Comboios para discutir a questão das coletas, se tudo caminhar conforme previsto e aprovação das análises complementares, na semana do dia 25 de março já terá condições de começar a parte das coletas. Outro item colocado pela Renova foi sobre a discussão das ações estruturantes que motivou a apresentação da Polifônicas, que fará o diálogo com as comunidades dentro da linha de programas da Renova. Pontuou também que a ideia da apresentação parcial do estudo foi para mobilizar a população para que melhore a comunicação e o diálogo e a necessidade de alinhar as expectativas diferentes para não chegar ao final do cronograma com divergências.

Caroline Buxi Molina

